



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região
Núcleo de Negociações

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Processo SEI nº 19726.017037/2024-03

A **União - Fazenda Nacional**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do artigo 131, § 3º, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, doravante denominada "Fazenda Nacional"; e

AUTO LOTAÇÃO INGÁ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 30.074.561/0001-04, com endereço na Alameda São Boaventura, 1.191, Fonseca, Niterói-RJ, CEP 24.130-223;

neste ato representada por seus representantes legais abaixo assinados e doravante denominada(s) "Requerente(s)".

Cada uma das partes denominada individualmente "Parte" e, conjuntamente, "Partes" tem justo e acertado o disposto a seguir.

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual ("Transação" ou "Acordo"), com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 ("Código Tributário Nacional - CTN"), na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

CLÁUSULAS GERAIS

1. Do passivo fiscal e do objeto da Transação

1.1. A Transação tem por finalidade a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS ("Dívida Ativa"), a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, a compatibilização dos interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s).

1.2. A Transação objetiva o equacionamento dos seguintes débitos ("Dívida Transacionada"):

1.2.1. Débitos inscritos em Dívida Ativa listados no Anexo I;

1.3. Eventuais débitos listados no Anexo II ficam excluídos do Acordo.

2. Dos litígios judiciais e administrativos

2.1. A(s) Requerente(s) confessa(m), de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como a responsabilidade por seu adimplemento, abstendo-se de di-

2.1.1. A confissão prevista no item anterior produz os efeitos do artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o inciso VI, do artigo 202, do Código Civil em relação aos créditos não tributários, implicando a interrupção do prazo prescricional de toda a Dívida Transacionada, renovando-se tais efeitos a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições em Dívida Ativa.

2.1.2. Expressa e irrevogavelmente, a(s) Requerente(s) desiste(m) das ações judiciais individuais ou coletivas, impugnações ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada ou o vínculo de responsabilidade tributária, renunciando a quaisquer alegações de direito, presentes ou futuras, sobre as quais se fundam os litígios judiciais, o que deve ser formalizado por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do caput, do artigo 487, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil - CPC").

2.1.2.1. Ressalvadas situações expressamente previstas neste Acordo, a desistência e a renúncia de que trata o item anterior não eximem a(s) Requerente(s) do pagamento de honorários advocatícios e custas processuais já fixados em decisão judicial.

2.2. A Transação não implica renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional na indicação de outros responsáveis, de bens ou de direitos para responder pela Dívida Tr

2.2.1. Enquanto vigente a Transação, não corre prazo para configuração de prescrição intercorrente ou para prescrição da pretensão de redirecionar a cobrança em face de corresponsáveis.

3. Das obrigações e declarações das Partes

3.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

3.1.1. Presumir a boa-fé da(s) Requerente(s) em relação às declarações prestadas para fins de formalização da Transação;

3.1.2. Notificar a(s) Requerente(s) sempre que verificada hipótese de rescisão da Transação, com concessão de prazo para regularização do vício; e

3.1.3. Tornar público o Acordo firmado com a(s) Requerente(s), em especial as obrigações, exigências e concessões previstas, ressalvadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.

3.2. A(s) Requerente(s) está(ão) ciente(s) e de acordo com as condições e obrigações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, assumindo, em especia

3.2.1. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

3.2.2. Fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer as respectivas situações econômicas, bem como eventuais circunstâncias que possam implicar a rescisão do Acordo;

3.2.3. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional a suas declarações e escritas fiscais;

3.2.4. Não alienar bens ou direitos que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos ora assumidos, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional e demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento do Acordo;

3.2.5. Manter a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;

3.2.6. Manter a regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, regularizando, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação; e

3.2.7. Em até 60 (sessenta) dias da assinatura do Acordo, peticionar em todos os processos judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada, a fim de noticiar a celebração da Transação, desistir da ação, impugnação ou recurso e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do caput, do artigo 487 do Código de Processo Civil - CPC, requerendo a transformação em pagamento definitivo de depósitos judiciais eventualmente existentes.

3.3. A(s) Requerente(s) declara(m) que:

3.3.1. Não utiliza(m) pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

3.3.2. Não alienou(aram) ou onerou(aram) bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos públicos;

3.3.3. As informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais prestadas à Administração Pública são verdadeiras e não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;

3.3.4. Inexistem outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor da(s) Requerente(s), além daqueles eventualmente previstos na Transação;

3.3.5. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja(m) ou venha(m) a ser credora(s), de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;

3.3.6. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;

3.3.7. Autoriza(m) a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados referentes às respectivas cotas nos Fundos de Participação, caso uma ou mais Requerentes sejam Estados ou Municípios; e

3.3.8. Concorde(m) que quaisquer comunicações ou notificações relacionadas à Transação, inclusive aquelas relativas ao procedimento de rescisão do Acordo, serão realizadas por meio do Portal Regularize da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Portal Regularize") e serão destinadas, exclusivamente, à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar");

3.3.8.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente do Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

4. Dos efeitos da Transação

4.1. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional - CTN, c

4.2. A Transação importa imediato reconhecimento da responsabilidade solidária da(s) Requerente(s) por toda a Dívida Transacionada, autorizando a Fazenda Nacional a incluí-la(s) nas respectivas Certidões de Dívida Ativa, caso não conste(m) como devedora(s) principal(is).

5. Das Hipóteses e do procedimento de rescisão

5.1. Implicará rescisão do Acordo a ocorrência de quaisquer situações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, bem como as seguintes situações:

5.1.1. Falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;

5.1.2. Falta de pagamento de, ao menos, 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais, em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;

5.1.3. Não peticionamento, pela(s) Requerente(s), nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: (a) noticiar a celebração da Transação; e (b) confessar de forma irrevogável e irretroatável a Dívida Transacionada;

5.1.4. Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer outras cláusulas ou condições do Acordo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;

5.1.5. Concessão de medida cautelar fiscal em desfavor da(s) Requerente(s), nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;

5.1.6. Declaração de falência ou extinção por liquidação da(s) Requerente(s);

5.1.7. Declaração de inaptidão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), no termos dos artigos 80 e 81, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

5.1.8. Descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");

5.1.9. Não regularização, no prazo de 90 (noventa) dias, dos débitos que se tornarem exigíveis perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, após a celebração da Transação;

5.1.10. Constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive em relação aos documentos contábeis e fiscais;

5.1.11. Constatação de que a(s) Requerente(s) se utiliza(m) de pessoa física ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens ou direitos, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;

5.1.12. Constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da(s) Requerente(s) como forma de fraudar o cumprimento da Transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

5.1.13. Constatação, pela Fazenda Nacional, de que a(s) Requerente(s) incorreu(ram) em fraude à execução, nos termos do artigo 185, do Código Tributário Nacional - CTN, e não reservou(aram) bens ou rendas suficientes ao total pagamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa; e

5.1.14. Na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") para liquidação ou amortização da Dívida Transacionada, a não confirmação dos créditos pela autoridade competente, sem o correspondente recolhimento da diferença apurada via Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF"), em até 30 (trinta) dias contados da notificação.

5.2. É vedada a desistência ou a rescisão unilateral da Transação pelas Partes.

- 5.2.1. Caso a(s) Requerente(s) proceda(m) à desistência da Transação, ainda que para migração para modalidade de transação por adesão eventualmente disponível, sem prévia anuência da Fazenda Nacional, restará configurada hipótese de descumprimento do Acordo, apta a atrair todos os efeitos jurídicos da rescisão.
- 5.3. A rescisão da Transação implicará:
- 5.3.1. Vedação, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da rescisão, da formalização de novo acordo de transação em qualquer modalidade, ainda que relativo a débitos distintos, nos termos do artigo 4º, § 4º, c
- 5.3.2. Afastamento dos benefícios concedidos, com restabelecimento da Dívida Transacionada, sem descontos, deduzidos os valores pagos;
- 5.3.3. Exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com a retomada do atos de cobrança judiciais ou extrajudiciais, incluindo o prosseguimento das execuções fiscais, a prática de atos de constrição patrimonial e de responsabilização de terceiros; e
- 5.3.4. Execução das garantias prestadas.
- 5.3.4.1. A execução das garantias poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050, de 06 de abril de 2022, ("Plataforma Comprei") ou outra que a substituir.
- 5.4. Quando constatada hipótese de rescisão da Transação, caberá à Fazenda Nacional notificar a(s) Requerente(s) e conceder prazo para regularização do vício ou demonstração de sua inexistência.
- 5.4.1. A notificação a que se refere o item anterior será realizada através de mensagem encaminhada pelo Portal Regularize e será destinada exclusivamente à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar").
- 5.4.1.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interviente deste Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.
- 5.4.2. Na hipótese de desistência ou rescisão unilateral da Transação, considera-se realizada a notificação de que trata o *caput*, no ato de sua formalização através do Portal Regularize.
- 5.5. A(s) Requerente(s) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, regularizar o vício sanável ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos seus efeitos durante este período.
- 5.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pelo Portal Regularize e deverá trazer todos os elementos e documentos que infirmem a hipótese de rescisão.
- 5.5.2. Após a apresentação da impugnação, todas as comunicações subsequentes serão realizadas pelo Portal Regularize, cabendo à(s) Requerente(s) acompanhar sua tramitação.
- 5.5.3. A impugnação será apreciada pela unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.
- 5.5.4. A(s) Requerente(s) será(ão) notificada(s) da decisão por meio do Portal Regularize, sendo-lhe(s) facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.
- 5.5.4.1. O recurso administrativo deverá ser apresentado pelo Portal Regularize e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.
- 5.5.5. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado para julgamento pelo Procurador-Chefe da Dívida da respectiva Procuradoria-Regio
- 5.5.6. A propositura de qualquer ação judicial pela(s) Requerente(s), cujo objeto coincida, no todo ou em parte, com a irresignação manifestada na esfera administrativa, implicará renúncia à instância recursal e não conhecimento de eventual recurso interposto.
- 5.6. Enquanto a impugnação à rescisão não for definitivamente julgada, a Transação permanecerá em vigor e a(s) Requerente(s) deve(m) cumprir integralmente o Acordo.
- 5.7. Caso o recurso seja julgado procedente, a circunstância que motivou a rescisão da Transação será considerada sem efeito.
- 5.8. Caso o recurso seja julgado improcedente, a Transação será definitivamente rescindida.

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

6. Das condições para adimplemento da Dívida Transacionada
- 6.1. As condições para adimplemento da Dívida Transacionada são estabelecidas com base na verificação da situação econômica e da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s), considerando as informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais declaradas por ela(s) ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a outros órgãos da Administração Pública.
- 6.2. Concessão de descontos
- 6.2.1. Concede-se o desconto máximo de 65% (sessenta e cinco por cento), calculado por débito e aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), vedada a redução do montante principal.

6.3. Uso de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN")

6.3.1. Fica autorizada a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN"), para amortização da Dívida Transacionada, respeitados os seguintes percentuais:

6.3.1.1. até 20% do saldo devedor apurado após a incidência de descontos sobre a Dívida Transacionada de natureza previdenciária ("Dívida Transacionada - Previdenciária"); e

6.3.1.2. até 45% do saldo devedor apurado após a incidência de descontos sobre a Dívida Transacionada de natureza não-previdenciária ("Dívida Transacionada - Demais Débitos").

6.3.2. Em nenhuma hipótese, os créditos de PF/BCN poderão superar o montante de R\$ 4.489.732,96, o qual foi objeto de certificação por profissional contábil, em etapa prévia à celebração

6.3.3. Em nenhuma hipótese, os créditos de PF/BCN poderão amortizar percentual superior a 45% (quarenta e cinco por cento) do saldo devedor apurado após a incidência dos descontos, considerando-se isoladamente a Dívida Transacionada - Previdenciária e a Dívida Transacionada - Demais Débitos.

6.3.4. A cobrança do valor liquidado com uso de créditos de PF/BCN ficará suspensa até a confirmação dos créditos pela autoridade competente, a qual dispõe de 5 (cinco) anos para proceder à verificação, sob pena de homologação tácita.

6.3.4.1. As garantias vinculadas à Transação devem ser mantidas até a confirmação dos créditos de PF/BCN e integral quitação da Transação.

6.3.5. A(s)

Requerentes(s) declara(m) que os montantes de PF/BCN constantes no relatório que subsidiou a Transação existem, estão regularmente escriturados e declarados à Secretaria da Re

6.3.6. A(s) Requerente(s) obriga(m)-se a manter os livros e documentos fiscais e contábeis necessários à comprovação dos montantes de PF/BCN utilizados, por 5 (cinco) anos ou até a liquidação integral da Transação, o que acontecer depois.

6.3.7. A(s) Requerente(s) obriga(m)-se a promover a baixa dos montantes de PF/BCN utilizados nos livros e escriturações contábeis próprias.

6.3.8. A(s) Requerente(s) com valores de PF/BCN utilizados na Transação obriga(m)-se a manter o regime de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica pelo lucro real, durante todo o período de vigência da Transação.

6.4. Forma de adimplemento do saldo devedor remanescente

6.4.1. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Previdenciária será adimplido em 60 (sessenta) prestações mensais sucessivas, escalonadas de acordo com os seguintes percentuais:

Faixa	Prestações	Percentual
Faixa 1	1 a 12	0,850%
Faixa 2	13 a 24	1,150%
Faixa 3	25 a 36	1,850%
Faixa 4	37	3,000%
Faixa 5	38 a 48	2,000%
Faixa 6	49 a 60	2,400%

6.4.2. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Demais Débitos será adimplido em 60 (sessenta) prestações mensais sucessivas, escalonadas de acordo com os seguintes percentuais:

Faixa	Prestações	Percentual
Faixa 1	1 a 12	0,850%
Faixa 2	13 a 24	1,150%
Faixa 3	25 a 36	1,850%
Faixa 4	37	3,000%
Faixa 5	38 a 48	2,000%
Faixa 6	49 a 60	2,400%

6.4.3. O prazo máximo previsto para pagamento da Dívida Transacionada - Previdenciária e da Dívida Transacionada - Demais Débitos não poderá, em hipótese alguma, ser prorrogado. Assim, caso

6.4.4. O valor de cada prestação será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia ("Selic") para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação das contas de transação no Sispar até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

6.4.4.1. Na hipótese de pagamento antecipado de qualquer prestação, os juros previstos no item anterior serão computados até a data do efetivo pagamento.

6.4.5. Os pagamentos serão feitos até o último dia útil de cada mês, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF") emitido pela(s) Requerente(s) através do Portal Regularize.

6.4.5.1. A primeira prestação vencerá no último dia do mês em que consolidadas as contas de transação no Sispar.

6.4.5.2. O pagamento da primeira prestação é condição essencial para a confirmação das contas de transação no Sispar.

6.5. Critério para imputação de prestações recolhidas a maior

6.5.1. Caso sejam realizados pagamentos em valor superior ao das prestações vencidas, o excedente será alocado nas parcelas vincendas, em ordem decrescente, até o limite do saldo devedor.

6.5.1.1. A ordem de imputação prevista no item anterior aplica-se, também, aos valores decorrentes de restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de precatórios federais, quando não houver vinculação específica a uma prestação.

6.6. Depósitos judiciais

6.6.1. Depósitos judiciais vinculados à Dívida Transacionada deverão ser transformados em pagamento definitivo da União e imputados à respectiva inscrição em Dívida Ativa, sem descontos.

6.6.1.1. O aproveitamento dos depósitos judiciais ocorrerá após sua efetiva transformação em pagamento definitivo.

6.6.1.2. Para operacionalizar o aproveitamento dos depósitos judiciais, a Fazenda Nacional poderá retirar da conta de transação a inscrição em Dívida Ativa que receberá a imputação de pagamento e, em seguida, proceder a sua reinclusão.

6.6.1.3. Na hipótese de ativos financeiros bloqueados em conta bancária ou de depósitos judiciais não vinculados à Conta Única do Tesouro Nacional, os valores serão imputados diretamente na conta de transação,

Precatórios federais e outros Créditos

6.6.2. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra a União, provenientes de precatórios, de levantamento de depósitos judiciais não vinculados à Dívida Transacionada ou de qualquer outra origem, deverão ser utilizados para o pagamento das parcelas vencidas ou vincendas da Transação.

6.6.2.1. Os créditos mencionados no item anterior deverão ser obrigatoriamente destinados às contas de transação, ainda que, para isso, seja necessária a revisão dessas contas e a redução do montante de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") eventualmente autorizado, em conformidade com o artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

6.6.3. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra entes federados subnacionais poderão ser utilizados para o pagamento de parcelas vencidas ou vincendas da Transação, desde que os recursos financeiros estejam efetivamente disponibilizados.

7. Das garantias

7.1. A formalização do Acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal, de penhoras ou de garantias prestadas administrativamente, sem prejuízo da eficácia da Transação.

7.2. A Transação será garantida pelos seguintes bens ou direitos:

7.2.1. Imóvel situado à Alameda São Boaventura, nº 1.191, Fonseca, Niterói-RJ, CEP 24130-223. Matrícula nº 03, do 14º Ofício de Registro de Imóveis de Niterói-RJ, avaliado em R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) ;

7.3. No prazo de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do Acordo, a(s) Requerente(s) se compromete(m) a formalizar a garantia através do oferecimento dos bens ou direitos à penhora, nos autos da execução fiscal nº 5004168-16.2022.4.02.5102, em trâmite perante a 5ª Vara Federal de Niterói/RJ, ou em outra que a Fazenda Nacional indicar.

7.3.1. Incumbe à(s) Requerente(s) diligenciar nos autos do processo judicial para assegurar a efetiva penhora dos bens ou direitos oferecidos.

7.3.2. A(s) Requerente(s) deve(m) apresentar à Fazenda Nacional, por meio do serviço "comprovação de cumprimento das obrigações", disponibilizado no Portal Regularize (caminho "outros serviços", "negociação individual"), os documentos comprobatórios do cumprimento da formalização da garantia, notadamente a petição para oferecimento de bens ou direitos à penhora e, posteriormente, o auto de penhora lavrado.

7.3.3. Todas as custas, despesas e emolumentos decorrentes da formalização da garantia serão suportados pela(s) Requerente(s).

7.4. A garantia deverá ser mantida até a integral liquidação da Transação, momento em que poderá ser liberada, mediante concordância da Fazenda Nacional nos autos judiciais em que formalizada.

7.5. Em caso de perecimento, depreciação, deterioração ou oneração que cause redução significativa do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação, a(s) Requerente(s) se compromete(m) a promover a substituição ou o reforço da garantia, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.

7.5.1. Entende-se por significativa a redução igual ou superior a 25% do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação.

8. Da possibilidade de alienação dos ativos dados em garantia

8.1. Os bens e direitos que garantem a Transação poderão ser objeto de alienação pela(s) Requerente(s), mediante anuência prévia e expressa da Fazenda Nacional.

8.1.1. A

anuência da Fazenda Nacional com a alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livre de ônus para o adquirente, poderá ser condicionada à destinação do produto da

8.1.2. A alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livres de ônus para o adquirente, poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, seguir o rito do artigo 880 do Código de Processo Civil ("CPC") ou se dar mediante a inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda.

8.2. A(s) Requerente(s) anui(em) com a utilização da Plataforma Comprei para eventual alienação dos bens e direitos que garantem a Transação.

8.3. As prestações da Transação deverão ser quitadas tempestivamente, independentemente do exercício da prerrogativa e do êxito da alienação prevista neste tópico.

8.4. No caso de desapropriação total ou parcial do imóvel oferecido como garantia fica a CREDORA nomeada e constituída procuradora do(s) respectivo(s) proprietário(s) para receber do poder desapropriante a indenização devida, aplicando-a na amortização ou liquidação da transação.

9. Das garantias e obrigações relativas aos débitos não transacionados

9.1. O débito listado no Anexo II, que não compôs a Dívida Transacionada, será garantido pelos seguintes bens ou direitos:

9.1.1. depósito realizado na ação nº 0063057-61.2016.4.02.5101, para garantia da inscrição 163140260;

9.2. Na hipótese de os débitos listados no Anexo II se tornarem exigíveis durante a vigência da Transação, deverão ser regularizados no prazo de 90 (noventa) dias.

10. Do distrato de negociações anteriores

10.1. As Partes concordam com o encerramento das contas de parcelamento ou transações atualmente vigentes, identificadas no Sispar pelos números 12379543, 10347213, 10367199, 10367249 e 13280521, para reconsolidação nos termos deste Acordo.

DISPOSIÇÕES FINAIS

11. A formalização da Transação:

11.1. Não dispensa a(s) Requerente(s) do recolhimento das obrigações tributárias correntes ou do cumprimento das obrigações acessórias;

11.2. Não impede a regular incidência de juros sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa, aplicando-se o índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários federais;

11.3. Não pode ser interpretada de forma a implicar renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário; e

11.4. Submete-se à ampla publicidade e transparência ativa, resguardadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.

12. A Transação produzirá efeitos a partir da assinatura do Acordo pelas Partes e permanecerá vigente pelo prazo estabelecido no plano de pagamento ou por período menor, caso a Dívida Transacionada seja integralmente adimplida e todas as obrigações contratuais sejam plenamente cumpridas.

12.1. O Acordo vincula e produz efeitos sobre a(s) Requerente(s), seus sucessores e adquirentes a qualquer título, ainda que a Fazenda Nacional não participe ou tome conhecimento dos eventos relacionados à sucessão ou às alterações societárias.

13. A Transação foi autorizada de acordo com as alçadas previstas nos artigos 61 a 63 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, conforme registro no Processo SEI nº 19726.017037/2024-03

14. Fica eleito o foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro para a resolução de quaisquer questões relacionadas à Transação.

15. Os valores nominais indicados no Acordo são estimativas aproximadas, que serão atualizados e considerados definitivos no momento da consolidação das contas de transação no Sispar.

16. Situações e circunstâncias não previstas no Acordo serão resolvidas conforme as disposições da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

ANEXOS

I - Listagem das inscrições em Dívida Ativa incluídas na Transação;

II - Listagem das inscrições em Dívida Ativa excluídas da Transação, com indicação das respectivas situações;

III - Plano de pagamento;

IV - Garantias.

DATA E ASSINATURAS

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2025.

PEDRO IVO DO NASCIMENTO MARQUES

Procurador da Fazenda Nacional

Documento assinado eletronicamente

ÉRICA DE SANTANA SILVA BARRETTO

Procuradora-Chefe Negocia/PRFN2

Documento assinado eletronicamente

CARLOS FERNANDO DE ALMEIDA DIAS E SOUZA

Procurador-Chefe da Dívida Ativa/PRFN2

Documento assinado eletronicamente

ALCINA DOS SANTOS ALVES

Procuradora-Regional da Fazenda Nacional/PRFN2

Documento assinado eletronicamente

MARIANA FAGUNDES LELLIS VIEIRA

Coordenadora Nacional de Negociação/PGDAU

Documento assinado eletronicamente

Auto Lotação Ingá LTDA

Documento assinado eletronicamente por **Joao Pedro Lorusso Soares, Usuário Externo**, em 02/12/2025, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Jose Soares, Usuário Externo**, em 02/12/2025, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Fernando de Almeida Dias e Souza, Procurador(a)-Chefe(a)**, em 15/12/2025, às 19:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Mariana Fagundes Lellis Vieira, Coordenador(a)-Geral**, em 15/12/2025, às 23:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Alcina dos Santos Alves, Procurador(a) Regional**, em 16/12/2025, às 04:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Erica de Santana Silva Barreto, Procurador(a)-Chefe(a)**, em 16/12/2025, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Número da Inscrição	Ds Receita Princ	PRINCIPAL	JUROS	MULTA	EL	CONSOLIDADO
70 2 21 009526-22	Receita da dívida ativa - IRPJ	160.032,47	86.097,46	32.006,49	55.627,28	333.763,70
70 2 21 015086-70	Receita da dívida ativa - IRPJ	384.823,71	194.944,92	76.964,73	131.346,67	788.080,03
70 2 21 030517-82	Receita da dívida ativa - IRRF	19.719,89	9.079,03	3.943,97	6.548,57	39.291,46
70 2 23 008346-40	Receita da dívida ativa - IRRF	283.115,21	110.606,00	56.623,01	90.068,84	540.413,06
70 5 24 030482-40	Receita da dívida ativa - Multa - CLT	143.188,66	104.112,47	42.956,59	29.025,77	319.283,49
70 6 21 035549-61	Receita da dívida ativa - CSLL	255.245,30	138.587,48	51.049,02	88.976,36	533.858,16
70 6 23 023496-16	Receita da dívida ativa - COFINS	120.771,45	44.238,58	24.154,29	37.832,86	226.997,18
70 7 23 004138-02	Receita da dívida ativa - PIS	19.535,80	7.155,96	3.907,16	6.119,78	36.718,70
161412300	Indica inscrição do tipo Previdenciária	810.614,24	404.670,05	162.122,85	275.481,43	1.652.888,57
70 4 21 048125-87	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	307.122,28	166.537,99	61.424,44	107.016,94	642.101,65
70 4 21 064337-10	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	404.577,34	193.459,80	80.915,41	135.790,51	814.743,06
70 4 21 068403-59	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	134.268,23	63.219,72	26.853,62	44.868,31	269.209,88
70 4 21 068404-30	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	52.355,79	24.645,98	10.471,15	17.494,58	104.967,50
70 4 21 068405-10	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	88.245,78	41.554,74	17.649,15	29.489,93	176.939,60
70 4 21 068406-00	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	22.127,34	10.418,44	4.425,46	7.394,24	44.365,48
70 4 21 068407-82	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	14.751,56	6.945,62	2.950,30	4.929,49	29.576,97
70 4 21 068408-63	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	2.950,31	1.389,11	590,05	985,89	5.915,36
70 4 21 068409-44	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	8.850,93	4.167,37	1.770,18	2.957,69	17.746,17

70 4 21 068410-88	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	36.878,91	17.364,07	7.375,77	12.323,75	73.942,50
70 4 21 083072-40	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	6.874,91	3.219,52	1.374,98	2.293,88	13.763,29
70 4 21 083073-21	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	60.612,31	28.384,73	12.122,45	20.223,89	121.343,38
70 4 21 083074-02	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	4.124,94	1.931,70	824,98	1.376,32	8.257,94
70 4 21 083075-93	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	10.312,37	4.829,28	2.062,47	3.440,82	20.644,94
70 4 21 083076-74	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	17.187,29	8.048,80	3.437,45	5.734,70	34.408,24
70 4 21 083077-55	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	1.374,98	643,90	274,99	458,77	2.752,64
70 4 21 083078-36	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	40.045,14	18.753,13	8.009,02	13.361,45	80.168,74
70 4 21 083079-17	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	27.616,54	12.932,82	5.523,30	9.214,53	55.287,19
70 4 21 129404-40	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	4.575,85	2.120,12	915,15	1.522,22	9.133,34
70 4 21 129405-21	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	91.906,20	42.583,19	18.381,22	30.574,12	183.444,73
70 4 21 129406-02	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	205.280,03	95.115,89	41.055,98	68.290,38	409.742,28
70 4 21 129407-93	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	57.198,28	26.501,85	11.439,64	19.027,95	114.167,72
70 4 21 129408-74	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	13.727,56	6.360,42	2.745,50	4.566,69	27.400,17
70 4 21 129409-55	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	34.318,96	15.901,10	6.863,78	11.416,76	68.500,60
70 4 21 129410-99	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	108.713,08	50.286,52	21.742,61	36.148,44	216.890,65
70 4 21 129411-70	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	22.879,31	10.600,73	4.575,85	7.611,17	45.667,06
70 4 21 173552-01	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	35.856,18	16.297,89	7.171,22	11.865,05	71.190,34
70 4 21 173553-92	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	2.868,48	1.303,82	573,69	949,19	5.695,18
70 4 21 173554-73	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	99.430,89	45.185,89	19.886,17	32.900,59	197.403,54
70 4 21 173555-54	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	128.281,60	58.306,10	25.656,30	42.448,80	254.692,80
70 4 21 173556-35	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	14.342,46	6.519,15	2.868,49	4.746,02	28.476,12
70 4 21 173557-16	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	8.605,48	3.911,49	1.721,08	2.847,61	17.085,66
70 4 21 173558-05	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	21.513,70	9.778,73	4.302,73	7.119,03	42.714,19

70 4 21 173559-88	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	57.613,72	26.187,47	11.522,74	19.064,78	114.388,71
70 4 22 008847-80	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	60.760,25	32.145,52	12.152,04	21.011,56	126.069,37
70 4 22 008848-60	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	4.860,80	2.571,62	972,15	1.680,91	10.085,48
70 4 22 008849-41	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	24.304,09	12.858,20	4.860,81	8.404,62	50.427,72
70 4 22 008850-85	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	36.456,15	19.287,31	7.291,22	12.606,93	75.641,61
70 4 22 008857-51	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	29.425,28	15.365,88	5.885,05	10.135,24	60.811,45
70 4 22 008858-32	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	2.354,01	1.229,26	470,80	810,81	4.864,88
70 4 22 008859-13	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	11.770,11	6.146,35	2.354,02	4.054,09	24.324,57
70 4 22 008860-57	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	17.655,18	9.219,53	3.531,03	6.081,14	36.486,88
70 4 22 008864-80	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	264.290,08	126.323,46	52.857,98	88.694,30	532.165,82
70 4 22 008865-61	R D Ativa - Contribuição Sujeita a Retenção Previdenciária	33.168,57	16.154,40	6.633,71	11.191,33	67.148,01
70 4 22 008866-42	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	216.583,81	103.925,67	43.316,71	72.765,23	436.591,42
70 4 22 008867-23	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	17.326,64	8.313,97	3.465,29	5.821,18	34.927,08
70 4 22 008868-04	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	80.580,09	38.649,71	16.115,96	27.069,15	162.414,91
70 4 22 008869-95	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	120.870,18	57.974,63	24.174,00	40.603,76	243.622,57
70 4 22 008870-29	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	547.084,32	263.660,24	109.416,80	184.032,27	1.104.193,63
70 4 22 087404-00	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	116.949,18	52.119,02	23.389,83	38.491,60	230.949,63
70 4 23 083721-00	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	1.581,23	679,29	316,24	515,35	3.092,11
70 4 23 083722-83	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	19.765,39	8.491,21	3.953,07	6.441,93	38.651,60
70 4 23 083723-64	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	11.859,23	5.094,72	2.371,84	3.865,15	23.190,94
70 4 23 083724-45	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	7.906,15	3.396,48	1.581,23	2.576,77	15.460,63
70 4 23 083725-26	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	4.743,69	2.037,88	948,73	1.546,06	9.276,36
70 4 23 083726-07	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	31.759,04	13.643,68	6.351,80	10.350,90	62.105,42
70 4 23 145970-70	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	14.945,74	5.824,72	2.989,12	4.751,91	28.511,49

70 4 23 145971-51	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	186.822,28	72.809,77	37.364,42	59.399,29	356.395,76
70 4 23 145972-32	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	635.426,67	251.081,29	127.085,27	202.718,64	1.216.311,87
70 4 23 145973-13	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	74.728,89	29.123,88	14.945,74	23.759,70	142.558,21
70 4 23 145974-02	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	44.837,32	17.474,30	8.967,44	14.255,81	85.534,87
70 4 23 145975-85	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	267.573,83	97.892,56	53.514,74	83.796,22	502.777,35
70 4 23 145976-66	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	336.951,72	131.152,80	67.390,28	107.098,96	642.593,76
70 4 23 145977-47	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	112.093,35	43.685,85	22.418,63	35.639,56	213.837,39
70 4 23 224374-00	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	69.376,26	30.068,69	13.875,24	22.664,03	135.984,22
70 4 23 224375-91	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Segurados	213.975,64	94.680,85	42.795,11	70.290,32	421.741,92
70 4 23 224376-72	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	80.009,36	35.117,62	16.001,85	26.225,76	157.354,59
70 4 23 224377-53	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	6.400,72	2.809,38	1.280,13	2.098,04	12.588,27
70 4 23 224378-34	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	32.003,76	14.047,04	6.400,73	10.490,30	62.941,83
70 4 23 224379-15	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	48.005,64	21.070,57	9.601,11	15.735,46	94.412,78
70 4 23 224380-59	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	10.362,39	4.491,20	2.072,47	3.385,21	20.311,27
70 4 23 304734-10	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	103.139,78	32.181,90	20.627,93	15.594,96	171.544,57
70 4 23 304735-00	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	171.899,65	53.636,53	34.379,91	25.991,60	285.907,69
70 4 23 304736-82	R D Ativa - Contribuição Risco Ambiental/Aposent Especial	289.385,02	91.012,84	57.876,95	87.654,96	525.929,77
70 4 23 304737-63	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	68.759,83	21.454,58	13.751,92	10.396,63	114.362,96
70 4 23 304738-44	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	41.255,87	12.872,72	8.251,15	6.237,97	68.617,71
70 4 23 304739-25	R D Ativa - Contribuição Previdenciária Sobre Receita Bruta	586.008,77	183.672,19	117.201,72	88.688,26	975.570,94
70 4 23 304740-69	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	13.751,92	4.290,88	2.750,36	2.079,31	22.872,47
70 4 25 175017-28	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Salário Educação	204.757,22	35.581,07	40.951,41	28.128,97	309.418,67
70 4 25 175018-09	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Incra	16.380,54	2.846,46	3.276,08	2.250,30	24.753,38
70 4 25 175019-90	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Senat	81.902,86	14.232,40	16.380,54	11.251,58	123.767,38

70 4 25 175020-23	R D Ativa - Contribuição Terceiros - Sest	122.854,31	21.348,63	24.570,83	16.877,37	185.651,14
70 4 25 175021-04	R D Ativa - Cide - Sebrae/Apex/ABDI	49.141,70	8.539,42	9.828,31	6.750,94	74.260,37



ANEXO II – INSCRIÇÕES NÃO INCLUÍDAS NO ACORDO

Inscrição **163140260** suspensa por depósito na ação judicial nº 0063057-61.2016.4.02.5101, em que já há sentença transitada em julgado em favor da União

ANEXO III – PLANO DE PAGAMENTO

Memória de cálculo

	DEMAIS DÉBITOS	PREVIDENCIÁRIOS
Dívida Transacionada (valor)	R\$ 2.818.405,78	R\$ 16.304.360,91
Desconto efetivo médio (%)	50,81%	47,85%
Créditos de PF/BCN (valor)	R\$ 623.894,62	R\$ 1.700.561,49
Saldo devedor remanescente	R\$ 762.537,87	R\$ 6.802.245,99
Nº de parcelas	60 meses	60 meses
Capag considerada (valor)	R\$ 11.828.592,47	
Data de atualização do cálculo	08/2025	

Escalonamento

Faixa	Prestações	Percentual
Faixa 1	1 a 12	0,850%
Faixa 2	13 a 24	1,150%
Faixa 3	25 a 36	1,850%
Faixa 4	37	3,000%
Faixa 5	38 a 48	2,000%
Faixa 6	49 a 60	2,400%

OBS: o escalonamento será o mesmo tanto para a conta de débitos previdenciários quanto para a conta de débitos não previdenciários.